

Adriano Zanotto

**A NOVA LEI DE
IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA**
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

 **Conceito Atual**

Florianópolis – 2022

Editora CONCEITO ATUAL

Editor Responsável
Lourdes Fernandes

Capa e Diagramação
Carla Botto

Revisão
Andresa Silveira Esteves

Conselho Editorial
André Maia
Adriana Mildart
João Batista Lazzari
Marcelo Alkmim
Michel Mascarenhas
Vicente Barreto

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Angela Schmidt da Rosa CRB-14/1171

Z27n

Zanotto, Adriano.

A nova lei de improbidade administrativa : aspectos constitucionais / Adriano Zanotto. – 1. ed. – Florianópolis : Conceito Atual Editora, 2022.

299 p.

ISBN 978-65-5812-051-3

1. Improbidade administrativa - Direito. 2. Direito constitucional. 3. Direito sancionador. I. Título.

CDU – 34:351.9(81)



Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2022 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua José Honório da Costa, 177 – Térreo
Palhoça/SC – CEP: 88130-420

Editorial: Fone (48) 99611 5911 – editora@conceitoatual.com

www.conceitoatual.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO	15
---------------------------	-----------

1.1 CONSTITUCIONALISMO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	15
1.1.1 Origem e definição	15
1.1.2 Evolução	16
1.2 EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	20
1.3 INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	22
1.4 CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE	25
1.5 LEGITIMAÇÃO PARA PROPOSITURA DE ADI	28
1.6 JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	31
1.7 NEOCONSTITUCIONALISMO	34

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS E REGRAS	37
----------------------------------	-----------

2.1 PRINCÍPIO E REGRA: DIFERENCIAÇÃO	37
2.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	38
2.2.1 Dos Princípios Fundamentais	39
2.2.2 Dos Princípios da Administração Pública	41

CAPÍTULO III

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	43
---	-----------

3.1 DEFINIÇÃO	43
3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	45
3.3 A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	47
3.4 NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	54
3.5 Da aplicação da nova redação dada à Lei n. 8.429/92 pela Lei n. 14.230/21	66
3.6 LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE	69
3.6.1 Legitimidade passiva	69
3.6.2 Legitimidade Passiva por Equiparação	73
3.6.3 Legitimidade passiva dos agentes políticos	74
3.6.4 Legitimidade ativa	80
3.7 COMPETÊNCIA JURISDICIONAL	85
3.7.1 Polêmica acerca da competência em razão da prerrogativa de função	88
3.8 ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	95

3.8.1	Atos que importam em enriquecimento ilícitos	99
3.8.2	Atos que causam lesão ao erário	107
3.8.3	Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública	126
3.8.4	Outras modalidades de atos de improbidade administrativa	142
CAPÍTULO IV		
DAS PENALIDADES		147
4.1	INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS	147
4.2	DAS PENAS PREVISTAS.....	152
4.2.1	Do ressarcimento integral ao erário	152
4.2.2	Artigo 12, I	158
4.2.3	Artigo 12, II.....	171
4.2.4	Artigo 12, III	172
4.3	DA GRADAÇÃO DAS PENAS	174
CAPÍTULO V		
DA INDISPONIBILIDADE DOS BENS		179
5.1	A INDISPONIBILIDADE NA NOVA LIA.....	193
CAPÍTULO VI		
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS.....		207
6.1	Introdução ao tema.....	207
6.2	Do procedimento administrativo.....	208
6.3	Dos procedimentos judiciais	211
6.3.1	Do caráter sancionatório da Nova LIA: Artigo 17-D	211
6.3.2	Das regras gerais do processo e procedimento da Nova LIA: Artigo 17 e parágrafos.....	214
6.3.3	Acordo de Não persecução civil: Artigo 17-B	232
6.3.4	A sentença na Ação de Improbidade e seus requisitos: Artigo 17-C	238
6.3.5	Aspectos gerais da Execução da sentença condenatória: Artigos 18 e 18-A.....	247
CAPÍTULO VII		
DAS DISPOSIÇÕES PENAIS – Arts. 19 a 22.....		251
CAPÍTULO VIII		
DA PRESCRIÇÃO: art.23		259
8.1	INTRODUÇÃO AO TEMA.....	259
8.2	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	261
8.3	ARTIGO 23 DA LIA	262
8.4	IMPRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO	274
CAPÍTULO IX		
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Artigos 23-A a 25.....		283
REFERÊNCIAS		287